



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO  
ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA  
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Igor Andrade. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Pablo Farah apontou haver projetos importantes em pauta nesta sessão, destacando entre eles o projeto de lei de sua autoria que cria o Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying de ação interdisciplinar e intersetorial dentro das escolas públicas e privadas no município de Belém. Explicou que tal projeto visa resguardar a saúde mental de nossas crianças e jovens. Aludiu à campanha Setembro Amarelo, de combate ao suicídio, comentando ser necessário ampliar a rede de combate e prevenção a esse mal, melhorando a rede de atendimento no município e no estado e promovendo uma maior participação da sociedade civil organizada. Alertou que muitas vezes sequer percebemos os sinais de que o suicídio pode ocorrer, apesar de os potenciais suicidas serem pessoas próximas e jovens. Referiu-se posteriormente à matéria de capa do jornal Diário do Pará, edição de hoje, com o título "Municípios do Pará estão fora de ranking da violência", parabenizando o secretário de estado de Segurança Pública, Ualame Machado, o comando da Polícia Civil, o comando da Polícia Militar e também a Guarda Municipal de Belém por esse resultado. Recordou épocas anteriores em que execuções de civis e assassinatos de policiais tornaram-se recorrentes nas ruas de nossa cidade e em todo o estado, colocando as cidades paraenses entre as mais violentas do mundo. Agradeceu ao governador Hélder Barbalho considerando-o um homem de coragem, um estadista, que atuou de modo firme combatendo as milícias e a ação de justiceiros dentro das forças de segurança pública, cortando na própria carne. Não se pode fazer justiça com as próprias mãos porque assim chegaremos à barbárie, ponderou. Hélder Barbalho estruturou a Segurança Pública, valorizou seus agentes e não permite ameaças à integridade física dos policiais, protegendo aqueles que protegem a sociedade, atestou. Por outro lado, continuou, bons resultados foram obtidos porque o governador compreendeu que não se faz segurança pública somente com a força policial, mas também com investimentos em política social. Desse modo, retomou, foram criados o Programa TerPaz e as Estações Cidadania, promovendo políticas sociais integrativas, atuando em conjunto com a Segurança Pública. Fernando Carneiro reportou-se à determinação judicial de prorrogação, por mais três meses, do funcionamento do aterro sanitário de Marituba. Considerou não se tratar realmente de um aterro sanitário, mas de um lixão, afirmando que sua implantação foi eivada de erros. O suposto aterro, relevou, está localizado em uma área muito próxima de lençóis freáticos e de uma população ali residente há centenas de anos. Não há um tratamento adequado do material lá depositado, não há coleta seletiva dos resíduos, não há compostagem e não se trata adequadamente o chorume resultante, alegou, lembrando ter visto piscinas de chorume no local por ocasião de uma visita dos vereadores de Belém há alguns anos. O prazo de três meses até o fechamento do aterro é insuficiente para se chegar a uma solução definitiva quanto à destinação e o tratamento dos resíduos sólidos em nossa cidade, estipulou. Na sessão anterior, recordou, havia sugerido a criação de uma comissão especial para tratar do tema, mas foi informado de que tal comissão já existe. Pediu então à Mesa Executiva da CMB a efetivação dessa comissão e posteriormente que se procurasse o Executivo Municipal e o Legislativo Municipal das cidades que compõem a Região Metropolitana de Belém e também o governo do estado visando à formação de um consórcio para tomar as decisões relativas à gestão e tratamento dos resíduos sólidos. O primeiro ponto a decidir é o local onde serão depositados os resíduos, assinalou. Indicou que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM faz o estudo gratuito para as prefeituras do Brasil das áreas adequadas à implantação de um aterro sanitário, bastando para isso um pedido da gestão municipal à companhia, como já foi feito no município de Altamira. Disse posteriormente ser necessário que este Poder Legislativo intervenha em relação às obras preparatórias para a COP 30 para que não fiquem circunscritas a uma área central, mas beneficiem também a periferia da cidade. Lembrou ter

participado, havia alguns meses, do evento COP das Baixadas, realizado no Bairro do Jurunas, reivindicando-se ali que os empreendimentos chegassem às áreas periféricas de Belém. A população dessas áreas precisa ser ouvida para saber o tipo de obra que desejam em relação à COP 30, defendeu. Aludindo à tragédia ora enfrentada pela passagem de um ciclone extratropical no Rio Grande do Sul, comentou que mais uma vez testemunhamos em nosso país, como ocorre no resto do mundo, os efeitos da crise climática. Apelou aos vereadores Amaury da APPD e Bia Caminha para que, junto consigo, encaminhassem o projeto conjunto para a criação de uma Política Municipal de Enfrentamento à Crise Climática, criado a partir da unificação de projetos que haviam elaborado individualmente. Mauro Freitas agradeceu ao prefeito Edmilson Rodrigues a sanção de leis de sua autoria, uma delas criando o Dia Municipal do Policial Penal, a Lei nº 9932, de 25 de agosto de 2023. Memorou ter participado da posse de quase 500 policiais penais, representando este parlamento, evento ocorrido na Arena Guilherme Paraense em 27/06/2023. Avaliou não se tratar de uma profissão fácil e mencionou a tentativa de fuga ocorrida em 08 de setembro passado, no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará, que resultou na morte de um policial penal, solidarizando-se à família da vítima. Pediu depois o apoio de seus pares à aprovação de um projeto de lei de sua autoria criando o Dia Municipal de São Jorge, que protocolaria neste dia. Explicou ter sido uma solicitação dos moradores e do público que frequenta a Paróquia de São Jorge, no Bairro da Marambaia. Lembrando ser comemorado hoje o Dia Nacional da Seresta, fez uma homenagem aos mestres da seresta em nosso estado e ao ex-vereador desta Casa e ex-deputado estadual Nadir Neves, também seresteiro. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco União Brasil – Patriota – Agir, Josias Higino agradeceu pelo mandato que vem desempenhando, atendendo as pessoas e cumprindo a missão de ser um vereador presente e interessado nas pautas que trazem benefícios à população da cidade. Agradeceu também a seus colaboradores, sobretudo no que se refere à atuação do Instituto Ruth Higino, que atende o povo no Bairro do Guamá. No dia anterior, relatou, iniciaram uma ação no Bairro do Bengui e dali a dez dias, anunciou, outra ação seria iniciada no Bairro da Terra Firme. Declarou preocupar-se com a qualificação das pessoas, julgando que, com a realização da COP 30, novas oportunidades de trabalho serão criadas. Desse modo, buscavam dar formação e qualificação profissional às pessoas para que estivessem aptas a ocupar as vagas que certamente surgiriam, complementou. Agradeceu novamente a seus colaboradores e a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, encontram-se vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Instituto Ruth Higino, fazendo um trabalho voluntário. Seguem o lema “amar primeiramente a Deus e depois amar ao próximo”, pois quando desejamos o bem ao próximo, desejamos o bem para nós mesmos, expressou. Pela liderança do MDB, Pablo Farah parabenizou o Hospital Ophir Loyola por realizar o primeiro transplante de medula óssea na Região Norte, registrando ter apresentado um requerimento solicitando que esta Casa manifeste Moção Honrosa à equipe médica responsável. Destacou ser necessário valorizar as boas práticas, as conquistas e a importância do sistema de Saúde Pública. Saúde pública, segurança e educação formam o tripé de um estado forte, soberano, que acolhe e protege seu povo, pontificou. Pela liderança do PSOL, Gizelle Freitas fez menção à tragédia ocorrida recentemente no Rio Grande do Sul em consequência da passagem de um ciclone extratropical pela região, provocando perda de vidas humanas e grandes perdas materiais. Tais acontecimentos, relacionados a eventos climáticos extremos, não constituem situações pontuais e tendem a se repetir, constatou, pois são causados pela ação do homem, ocasionados também pela atividade das grandes indústrias e das companhias mineradoras que não têm o mínimo de responsabilidade com a natureza. Os efeitos da crise climática são agora sentidos por todos nós, não se tratando mais de uma realidade distante, frisou. Questionou de que forma o governo, em todos os níveis, está se preparando para proteger a população das consequências funestas do aquecimento global. Divulgou que a Prefeitura Municipal de Belém – PMB iniciou, no dia anterior, diversas reuniões setoriais envolvendo mulheres, o segmento LGBT, empresários, trabalhadores e organizações ligadas à causa ambiental visando eleger representantes para compor o Primeiro Fórum Municipal sobre Mudanças Climáticas. Essas reuniões ocorrerão ainda durante toda esta semana, mas as pessoas com deficiência não estão contempladas, atentou. Por esse motivo, prosseguiu, protocolou um requerimento de indicação à PMB solicitando a realização da reunião setorial com esse segmento. Anunciou posteriormente que seria realizado neste dia, em frente à CMB, um ato organizado pela família da estudante Catharina Palmerin, vítima de agressão sexual e baleada pelo sargento da Polícia Militar Artur dos Santos Júnior. Solidarizou-se à Catharina Palmerin e seus familiares, dizendo que participaria do ato e convidando os demais vereadores a também fazê-lo. Pelo Cidadania, Matheus Cavalcante julgou que os adeptos do uso de armas estão sendo perseguidos e hostilizados pelo governo federal, afirmando que eles buscam apenas fazer a defesa de suas famílias. Postulou existir a estratégia de retirar da população civil as suas armas e deixar o porte de armas unicamente para os traficantes de drogas. Saudou depois a família da estudante Catharina Palmerin, considerando que ela foi vítima de um atentado covarde e que o agressor deve ser processado, condenado e perder a patente. Se a estudante estivesse armada,

talvez o desfecho da situação fosse outro, conjecturou. Fez menção posteriormente à greve dos médicos nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs de Belém, iniciada neste dia, mais uma vez motivada pela falta de pagamento dos profissionais pela PMB. O sistema municipal de Saúde de nossa capital está novamente em colapso, assinalou, e está em crise desde 2021. Alegou tratar-se de uma opção política do prefeito Edmilson Rodrigues não fazer a gestão correta da Saúde de Belém, não atuar no que é mais essencial e necessário à população. Chamou a atenção para a sanção do projeto da PMB, constante na pauta desta sessão, criando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Questionou a viabilidade de criá-la quando não há sequer atendimento em Saúde. Falando a seguir pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante ressaltou ser um contrassenso criar uma secretaria para defender os direitos humanos se não há médicos nas UPAs, não há dipirona nos HPSMs e não há gaze para fazer a assepsia dos ferimentos. Afirmou que a criação da Secretaria de Direitos Humanos e a criação da Secretaria Municipal de Turismo têm por objetivo apenas gerar cabides de emprego para cumprir acordos políticos e inchar a máquina pública, sem fazer gestão. Contestou a decisão de não colocar em votação, em sessão ordinária anterior, o requerimento de sua autoria solicitando a convocação da secretária municipal de Saneamento Ivanise Gasparim a este parlamento. Informou que recorreria ao Judiciário para conseguir a votação de seus requerimentos. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando a realização do Primeiro Fórum de Coleta Seletiva Economia Circular Popular e Solidária, a ser realizado em 28/09/2023, às nove horas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Túlio Neves solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 12 a 14 de setembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir à leitura e votação do requerimento da vereadora Dona Neves solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 12 a 14 de setembro de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Fabrício Gama solicitando que esta Casa manifeste Moção de Apoio à família da estudante Catharina Palmerin. Fez o encaminhamento o vereador Fabrício Gama. Este pediu Questão de Ordem solicitando que um representante da família de Catharina Palmerin pudesse pronunciar-se da tribuna. A presidente explicou que deveria haver anuência de todas as lideranças à solicitação e que a sessão seria suspensa para o pronunciamento, sendo retomada posteriormente. Havendo a aquiescência de todas as lideranças partidárias a sessão foi suspensa. Após o pronunciamento de Débora Palmerin, irmã de Catharina Palmerin, a sessão foi retomada e fizeram encaminhamentos os vereadores Pablo Farah, Sílvia Letícia, Êmerson Sampaio, Matheus Cavalcante e Bia Caminha. Posto em votação, o requerimento do vereador Fabrício Gama foi aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Foi então posta em votação e aprovada por unanimidade a Questão de Ordem do vereador Pablo Farah solicitando mudança na ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 2083/2023, de sua autoria, entrasse em discussão, sendo seus artigos votados em bloco e de forma simbólica. Posteriormente, o vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando que, logo após o término desta sessão ordinária, fosse iniciada a Sessão Extraordinária para votação do projeto constante no Processo nº 1327/2023, de autoria da PMB. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que institui o "Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying, de ação interdisciplinar, intersetorial e de participação comunitária, no município de Belém, em especial nas escolas públicas e privadas, e dá outras providências (Substitutivo 726/2023 – unificou os processos 2083/2022 e 479/2023). Altera a Lei nº 8807, de 26 de abril de 2011, que dispõe sobre o Programa de Conscientização, Prevenção e Combate ao Bullying Escolar no projeto pedagógico elaborado pelas creches e escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio no município de Belém", constante no Processo nº 2083/2023, de autoria do vereador Pablo Farah. Na discussão, não houve oradores. Fez-se a seguir a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. A presidente declarou então aprovado o projeto de lei que institui o "Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying, de ação interdisciplinar, intersetorial e de participação comunitária, no município de Belém, em especial nas escolas públicas e privadas, e dá outras providências (Substitutivo 726/2023 – unificou os processos 2083/2022 e 479/2023). Altera a Lei nº 8807, de 26 de abril de 2011, que dispõe sobre o Programa de Conscientização, Prevenção e Combate ao Bullying Escolar no projeto pedagógico elaborado pelas creches e escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio no município de Belém", constante no Processo nº 2083/2023. Justificou seu voto o vereador Pablo Farah. Em seguida, a presidente Enfermeira Nazaré Lima encerrou a sessão para início imediato da Sessão Extraordinária para discussão e votação do projeto constante no Processo nº 1327/2023, conforme Questão de Ordem do vereador Igor Andrade aprovada pela plenária. Estavam licenciados os vereadores Túlio Neves, Fábio Souza e Dona Neves. Justificaram suas ausências os

vereadores Augusto Santos, Juá Belém, Roni Gás e João Coelho. Estiveram presentes os vereadores: Renan Normando, Miguel Rodrigues, José Dinelly, Émerson Sampaio e Bioco, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Fabricio Gama, Josias Higino, Pastora Salete e Lulu das Comunidades, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, Pablo Farah e John Wayne, pelo MDB; Gizelle Freitas, Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima e Sílvia Letícia, pelo PSOL; Amaury da APPD, Altair Brandão e Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Goleiro Vinícius, pelo Republicanos; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Matheus Cavalcante, pelo Cidadania. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 12 de setembro de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário